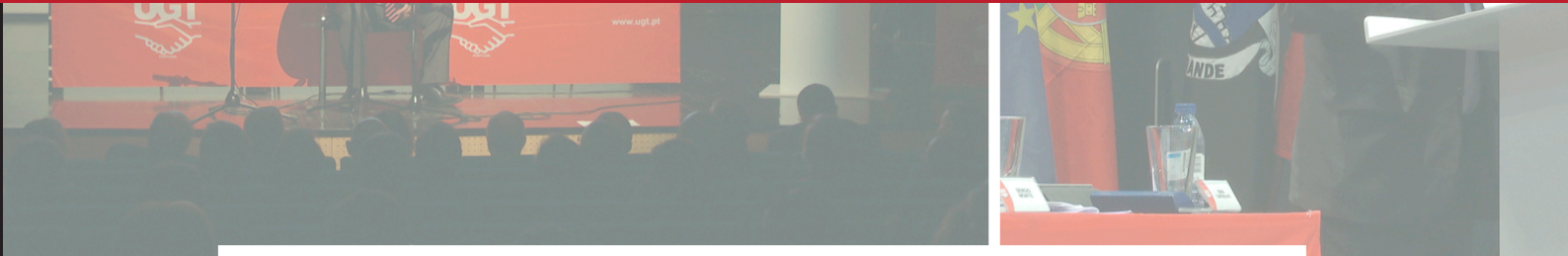


# INFO UGT

Director Carlos Silva | Directora Adjunta Lucinda Dâmaso | Bimestral | ano 2018 | nº 4 | Edição : Dezembro e Janeiro



2018© - INFO UGT União Geral de Trabalhadores



## 1º DE MAIO DA UGT EM FIGUEIRÓ DOS VINHOS (P.4)



**SECRETARIADO NACIONAL**  
A UGT NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL (1990-2010) - II VOLUME (P.5)



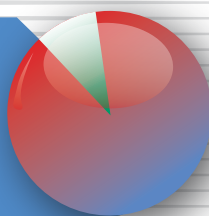
**JURÍDICO**  
UGT QUER ALTERAÇÕES À LEI DE TRANSMISSÃO DE EMPRESA E ESTABELECIMENTO (P.11)



**EDIÇÃO ONLINE**  
FAÇA DOWNLOAD DA REVISTA EM [www.ugt.pt](http://www.ugt.pt)



# CEFOSAP



CENTRO DE FORMAÇÃO SINDICAL  
E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

*20 anos de formação em todo o País*

UFCD - Unidades Formação Curta Duração



Centros Qualifica



Formação Contínua - Certificado Aptidão para Motoristas



Cooperação



E - Learning



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

[WWW.CEFOSAP.PT](http://WWW.CEFOSAP.PT)

LISBOA - SERVIÇOS CENTRAIS - Rua Vitorino Nemésio, 5 1750-306 Lisboa Telefone: 218 626 040 Fax: 218 626 041 e-mail: geral@cefosap.pt

DELEGAÇÃO DO PORTO - Avenida Rodrigues de Freitas, 150 4000-416 Porto Telefone: 225 101 472 Fax: 225 188 890 e-mail: servicos.porto@cefosap.pt

PÓLO DE AVEIRO - Rua Combatentes Grande Guerra, 81 - 2º Fracção P 3810-087 Aveiro Telefone: 234 425 714 Fax: 234 423 497 e-mail: servicos.aveiro@cefosap.pt

PÓLO DE PORTALEGRE - Rua de Olivença, nº 33 - 2º 7300 - 149 Portalegre Telefone: 245 202 651 / 245 328 294 Fax: 245 203 165 e-mail: servicos.portalegre@cefosap.pt

PÓLO DE VISEU - Avenida Infante D. Henrique, nº 42 3510 - 070 Viseu Telefone: 232 467 100 Fax: 232 467 109 e-mail: servicos.viseu@cefosap.pt

PÓLO DE COIMBRA - Avenida Fernão de Magalhães, 476 3000 - 173 Coimbra Telefone: 239 151 082 Fax: 239 854 889 e-mail: servicos.coimbra@cefosap.pt



**Sérgio Monte**  
Secretário - Geral Adjunto

*"(...) as propostas e reivindicações da UGT são claras e não podiam ser senão as de valorizar a negociação coletiva sectorial, dignificar as fases de mediação e conciliação e valorizar o papel das arbitragens, de forma a obstar bloqueios e vazios negociais."*

## ÍNDICE

### UGT

UGT comemora do 1º de Maio em Figueiró dos Vinhos | 4  
"A UGT na História do Movimento Sindical Português | 5  
Por uma Política de Salários com mais Justiça Social | 6 e 7

### Internacional

Sindicatos na linha da frente contra a desigualdade | 8 e 9  
Plano de acção da CES para mais e melhores empregos | 10

### Jurídico

UGT quer alterações à Lei de Transmissão de Empresas | 11

### Sindicalismo

Segurança e Saúde no Trabalho | 12  
Notícias Sindicatos | 13 a 15  
Notícias Uniões | 16

### Agenda | 18

#### FICHA TÉCNICA

Propriedade:  
União Geral de Trabalhadores - NIF 501 093 982

**Diretor:** Carlos Silva  
**Diretora-Adjunta:** Lucinda Dâmaso  
**Editor:** Lúcia Macau  
**Redação:** Maria Vieira, Miguel Marques, Teresa Cavaco, Tiago Kalidás, Vanda Fonseca, Vanda Pina  
**Grafismo e Paginação:** Renato Nunes  
**Sede, Redação e Produção:**  
Rua Vitorino Nemésio, nº5 - 1750-306 Lisboa  
tel. 213 931 200 | fax. 213 974 612  
**Correio eletrónico:** geral@ugt.pt  
**Periodicidade:** Bimestral  
**Registado da ERC:** nº 126952

A publicidade publicada e/ou inserta em INFO UGT é da total responsabilidade dos anunciantes



Quando falamos de negociação coletiva e do estado em que esta se encontra, é, antes de mais, fundamental perceber efetivamente o que é a negociação coletiva, de forma a entender plenamente quais são as reais implicações do seu bom ou mau funcionamento.

A negociação coletiva consiste na determinação, por acordo, entre os representantes dos trabalhadores (sindicatos) e dos empregadores (associação patronal ou empresas) do conjunto das regras, normas e demais condições em que o trabalho será prestado e ao qual é conferido valor de lei.

A existência de uma negociação coletiva dinâmica, que se renove e atualize permite uma regulação sempre mais eficaz e adequada às realidades e especificidades concretas com que se depara, porque as partes negociais são efetivamente quem conhece a realidade do sector ou empresa que se regula.

Assim, falar de uma negociação coletiva que funciona de forma regular ou de forma deficiente não é simplesmente falar da existência de uma melhor ou pior regulação das condições de trabalho, mas igualmente falar de um adequado ou inadequado equilíbrio entre as partes na negociação.

Equilíbrio esse que se joga no espaço que a legislação laboral confere à negociação e à maior ou menor força que essa mesma legislação confere à parte (os sindicatos) que representam o lado mais fragilizado na relação laboral (os trabalhadores).

E foi precisamente esse equilíbrio que se alterou ao longo dos últimos anos, desde a criação do Código do Trabalho em 2003 até à atualidade, afetando de forma acentuada os resultados da negociação coletiva.

Passou-se de um regime legal em que a vigência das convenções coletivas se mantinha até à sua substituição por outra - para um quadro em que o simples decurso do tempo dita o desaparecimento dos acordos celebrados.

Passou-se de um regime em que a lei era o mínimo que as partes podiam negociar, para um quadro em que apenas um leque restrito de matérias se estabelece como um mínimo legal, abrindo-se a esmagadora maioria das restantes, à possibilidade de se estabelecerem condições inferiores ao quadro legal.

Temos presente que será extremamente difícil voltar ao quadro pré-Código do Trabalho de 2003 e importará pensar qual o quadro futuro que queremos.

Num momento em que se assume como uma prioridade política o combate à precariedade na relação individual de trabalho, será admissível que um contrato coletivo de trabalho seja ele próprio a termo certo, sem que, no mínimo, sejam exigidos motivos justificativos que garantam que a sua cessação não ocorre por mero ato voluntário e infundado de uma das partes?

A UGT sempre defendeu que, mais importante que assegurar que uma convenção vigore *ad aeternum*, será sempre fundamental assegurar a inexistência de vazios negociais, ou seja, garantir que a cessação de um acordo não deixe de ser acompanhada por um impulso que dê origem a um novo compromisso, a uma nova convenção, garantindo uma adequada proteção dos trabalhadores.

E isto levou no passado, e deverá levar no futuro, a uma discussão sobre os mecanismos de resolução de litígios (conciliação, mediação, arbitragens), de forma a que não continuem a ser o que são hoje - uma mera via sacra no caminho para a caducidade - mas reais instrumentos que potenciem o reforço dos processos negociais e a obtenção de novos acordos.

Num quadro em que se verificaram, não diria constantes, mas regulares alterações ao regime legal da negociação coletiva (sempre claramente mais favoráveis aos empregadores) será interessante notar que os momentos de mudança não deixam de significar momentos de abrandamento dos processos negociais e de um maior desequilíbrio negocial que dificulta claramente a obtenção de acordos.

Tal não significa, permitam-me o paradoxo, que a UGT considere que não devemos mudar. Não somos daqueles que defendem a necessidade de alteração num momento e a estabilidade legislativa no seguinte, consoante sintames que os ventos políticos nos são mais ou menos favoráveis ou desfavoráveis.

Mas temos plena consciência que, durante o período de intervenção da Troika em Portugal, muitas medidas tomadas claramente pretendiam, restringir, se não mesmo destruir, a negociação coletiva.

Em suma todas as medidas tomadas nos últimos anos visaram a desregulamentação da negociação coletiva, o esvaziamento das capacidades dos Parceiros Sociais e colocaram em causa o diálogo social.

Nesse quadro, as propostas e reivindicações da UGT são claras e não podiam ser senão as de valorizar a negociação coletiva sectorial, dignificar as fases de mediação e conciliação e valorizar o papel das arbitragens, de forma a obstar bloqueios e vazios negociais.

Estas são questões que a UGT considera estruturais e que defendemos que deverão ser discutidas no quadro de um acordo de concertação de médio prazo, com opções estruturantes para o futuro das relações de trabalho e para o futuro do País •



## UGT comemora o 1º de Maio em Figueiró dos Vinhos

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

**N**o âmbito do seu 40º aniversário, a UGT vai ao longo de 2018 descentralizar as suas actividades pelos concelhos atingidos pelos incêndios, nomeadamente a comemoração do Dia do Trabalhador.

A UGT realizou a reunião de dezembro do Secretariado Nacional na vila de Pedrogão Grande, local onde foi anunciada a decisão de descentralizar os vários encontros daquele órgão às regiões afectadas pelos incêndios de 2017. O objectivo é alcançar uma maior proximidade às populações. Carlos Silva especificou que, no âmbito das comemorações dos 40 anos da central sindical, a festa do Dia do Trabalhador será celebrada em 2018 em Figueiró dos Vinhos.

Do mesmo modo, as reuniões do Secretariado Nacional terão lugar nos concelhos atingidos pelos fogos de outubro de 2017. Já em Fevereiro, os secretários nacionais reúnem-se em Oliveira do Hospital; em Março a UGT organiza uma conferência em parceria com a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas (CONFAGRI) dedicada às questões do interior e da

promoção do investimento e do emprego.

Esta decisão foi explicada pela necessidade de a própria sociedade civil dar uma particular atenção ao interior e contribuir para a economia da região. Além da contribuição directa da central, esta tem "procurado influenciar, incluindo em sede de concertação social, a construção de políticas e soluções no quadro da resposta imediata às populações e de resolução dos défices estruturais, que exigem respostas integradas em matéria de emprego, ficalidade, ordenamento do território, política florestal, segurança e prevenção, e revalorização dos serviços públicos.

Na mesma reunião, os secretários nacionais aprovaram uma resolução onde acusam o patronato de radicalismo na negociação do salário mínimo nacional para 2018. A central sindical lamentou a postura intransigente das confederações patronais na negociação do salário mínimo nacional para 2018, que não permitiu um acordo de Concertação Social.

A UGT considerou mesmo que a postura dos patrões foi de verdadeiros usurários. Na resolução a confederação sindical afirmou que nunca foi revelada pelos patrões qualquer disponibilidade para ir além dos 580 euros e revela que num documento conjunto

as quatro confederações patronais exigiram que não houvessem alterações à legislação laboral e que fosse extinto de imediato o Pagamento Especial por Conta. Esta postura rígida, radical e fechada por parte dos patrões, colocou de parte a possibilidade de alcançar qualquer acordo.

O documento saudou também o papel e a postura do Governo que assumiu que as matérias propostas para um eventual acordo não deixarão de integrar a agenda da concertação social, numa referência às questões da redução da precariedade, a aposta na formação profissional ou a dinamização da negociação colectiva.

No final da reunião em declarações aos jornalistas, o Secretário-geral da UGT falou da questão da Autoeuropa e afirmou que deveriam ser os sindicatos a liderar as negociações com a Administração, considerando que a posição da Comissão de Trabalhadores dentro da empresa está "fragilizada" e que o processo negocial está "esgotado".

Leia a Resolução da UGT em <https://bit.ly/2MjF3xs>







# "A UGT na História do Movimento Sindical Português 1990-2010"

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

**A** deslocação pela vila de Pedrogão Grande no dia 21 de Dezembro, foi ainda aproveitada pela UGT para fazer a apresentação do segundo volume do livro "A UGT na história do movimento sindical português (1990-2010), que decorreu na Casa Municipal da Cultura.

José Maria Brandão de Brito e Cristina Rodrigues são os autores da obra, que vem dar continuidade ao percurso da central, iniciado no primeiro livro, dedicado aos anos de 1970-1990. Em duas intervenções distintas, os autores apresentaram as bases que deram origem à obra: por um lado, todo o contexto internacional e europeu vivido entre 1990 e 2010 e o enquadramento do movimento sindical neste período e, por outro, a intervenção e a representação da central sindical nas negociações

laborais, na concertação social e até mesmo em questões de igualdade de género como o papel das mulheres no sindicalismo, no processo UGT ou na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Além do Secretário-geral e da Presidente da UGT, a sessão contou com as intervenções dos presidentes da Câmara Municipal de Pedrogão Grande e de Figueiró dos Vinhos, Valdemar Alves e Jorge Abreu, respectivamente, do Presidente do Conselho Económico e Social (CES), António Correia de Campos, e do ex-secretário-geral da UGT, João Proença.

Ambos os presidentes de câmara destacaram o papel da UGT na sociedade portuguesa e a importância da deslocação da central sindical às regiões do interior afectadas pelos incêndios, contribuindo com a sua dinâmica para a visibilidade e para a melhoria da economia local.

Já o Presidente do CES destacou a importância da UGT na construção da democracia em

Portugal e a sua actuação na construção de compromissos na concertação social.

João Proença deu a cara como principal interveniente em todos os acontecimento, realçando o Processo do Fundo Social Europeu, como sendo um dos períodos mais difíceis da central, considerando-o um ataque deliberado à UGT provocado por vários agentes da sociedade civil com o objectivo claro de destruir a central sindical.

Quer o Secretário-geral, Carlos Silva ou a Presidente, Lucinda Dâmaso, nas suas intervenções destacaram o papel determinante da UGT em muitas lutas sindicais e na assinatura de compromissos e acordos que contribuíram para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses •

Leia o II volume da História da UGT  
<http://bit.ly/2wx9loh>



UNIÃO GERAL  
DE TRABALHADORESUNIÃO GERAL  
DE TRABALHADORES

## SECRETARIADO NACIONAL

# Por uma Política de salários com mais justiça social

texto Lúcia Macau

foto Renato Nunes

**N**uma resolução aprovada por unanimidade e clamação, o Secretariado Nacional da UGT coloca a valorização da concertação social e da negociação colectiva como principais prioridades, não esquecendo a subida dos salários. Sem esta premissa não haverá disponibilidade para compromissos, afirma a central sindical.

O Secretariado Nacional da UGT reuniu-se no dia 23 de janeiro, tendo aprovado uma resolução construída num pressuposto de crescimento do País que se traduza numa efectiva justiça social, na dignificação do trabalho e na valorização dos salários.

No documento, aprovado por

unanimidade e aclamação, a central sindical critica a posição das confederações patronais que inviabilizaram um acordo de concertação social relativo à actualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) para 2018.

“Em momento algum durante a discussão revelaram qualquer disponibilidade, ou abertura, ara a construção de um consenso”, pode ler-se no documento.

Na resolução, a UGT incita ao início da discussão, de forma atempada e ponderada, sobre o salário mínimo para o próximo ano. “Num quadro em que as condições macroeconómicas se mantenham estáveis, onde o rumo do crescimento das exportações e do turismo se mantenham como a pedra de toque das políticas lançadas pelo Governo, e a que o esforço das empresas não é alheio, a UGT defende que, em 2019, o salário mínimo seja

fixado nos 615€.” A central sindical relembra que embora exista um acordo entre o partido socialista e os seus parceiros parlamentares à esquerda para um aumento do SNM até 600€ em 2019, “nada impede, impediu ou impedirá os parceiros sociais de procurarem um outro valor que possa traduzir a fase de crescimento da economia portuguesa.”

O valor proposto pela UGT de 615€ corresponde à trajectória de aumento anual de 5% e tem como base a proposta da central de 585€ para 2018.

A actualização salarial é um tema que a UGT fez questão de trazer para o centro do debate, lembrando que Portugal apresentará em 2018 “uma situação ímpar na sua história recente com uma importante retoma do cresci-



mento económico, uma forte recuperação do emprego e uma redução do desemprego.”

A UGT lamenta que o contexto positivo das empresas não tenha resultado numa melhoria dos salários, tendo estas preferido uma “estratégia empresarial que, começando pelo salário mínimo, continua a assentar a competitividade empresarial na manutenção de um modelo de baixos salários.”

## ACTUALIZAÇÃO SALARIAL

Dando o exemplo de Espanha, cujo salário mínimo subirá para os 850€ em 2020, a central sindical reafirma a posição defendida na Política Reivindicativa de Setembro de 2017, ou seja, um aumento real justo em todos os salários.

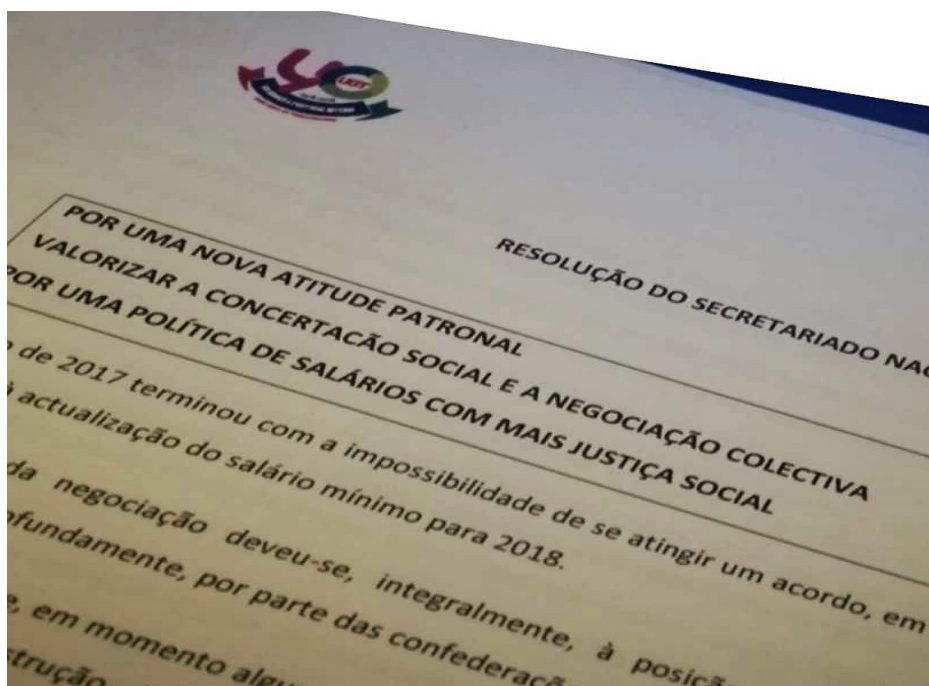
Esta medida foi também ao encontro da campanha “Pay Rise” promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos e que defende aumentos salariais justos e dignos.

## CONCERTAÇÃO SOCIAL

A estratégia da UGT de valorização da concertação social centrar-se-á na discussão de matérias fundamentais para os trabalhadores, nomeadamente as que ainda se encontram por cumprir.

É também intenção da central iniciar o debate sobre a fluidez da negociação colectiva, batendo-se pelo equilíbrio negocial, “por via do alargamento das matérias que constituem mínimos para a negociação colectiva e de um regime de caducidade em que não seja possível, sem fundamento fazer cair as convenções colectivas.”

A UGT lembra que esta discussão terá de ser concluída antes de 30 de junho, data em que cessa o compromisso tripartido de não-denúncia das convenções colectivas.



Na resolução são também abordadas matérias importantes como o combate à precariedade e a revisão do regime de reformas antecipadas. A sustentabilidade da Segurança Social e o reforço da qualificação dos trabalhadores são também pontos que merecem atenção.

## DIÁLOGO... COM CONDIÇÕES

Para a UGT, 2018 terá de ser um ano de diálogo social. No entanto, lembra que a sua abertura para a discussão de temáticas de interesse directo para as empresas estará condicionada por uma mudança da atitude patronal na concertação social, “a qual terá de se traduzir numa assunção prévia de compromissos em matérias centrais para os trabalhadores”.

No documento, os secretários nacionais deixaram a mensagem: “A permanente disponibilidade da UGT para os acordos negociais tripartidos e para assumir compromissos em alguns campos serão, desde já. Pré-determinados por esta condicionante – compromisso dos parceiros sociais patronais, em sede de concertação social, de aceitarem discutir a proposta da UGT de fixação do SMN nos 615€ com efeitos a 1 de Janeiro de 2019 •



Leia a Resolução da UGT em <https://bit.ly/2y4tYNE>



CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS (CES)

## SINDICATOS NA LINHA DA FRENTE NA BATALHA CONTRA A DESIGUALDADE

texto Esther Lynch (CES)



**A** INFOUGT publica nesta edição o artigo da Secretária Confederal da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) divulgado no site Digital Social Europe. Neste artigo a sindicalista reflecte sobre a queda ou estagnação salarial, apesar da recuperação económica do pós-crise.

A Comissão Europeia continua a falar sobre a recuperação robusta, mas com salários a caírem ou a estagnarem, muitas pessoas na Europa estão em pior situação do que há uma década. A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho informou recentemente que mais de metade da população de 11 Estados-membros da União Europeia (U.E) tem dificuldade para fazer face às despesas.

Famílias em sete países da U.E - Croácia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Eslováquia e Espanha – dizem que as suas condições de vida são ainda mais difíceis do que antes do crash de 2007. Alguns desses países foram sujeitos à punição de regimes de austeridade após a crise. E na Itália e na Croácia, a proporção de pessoas que relatam dificuldades desde 2011 também aumentou em 9 e 8

pontos percentuais, respectivamente.

A preocupação com as crescentes desigualdades na Europa está a aumentar – e não apenas entre os que representam os trabalhadores.

O Presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi, por exemplo pediu aos governos que considerem melhores políticas de redistribuição de rendimento e de riqueza; o Fundo Monetário Internacional (FMI) criticou a estagnação salarial, apesar da queda do desemprego na U.E. E a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) encontrou desigualdades de rendimento em “níveis recorde” e ressaltou a necessidade de “crescimento inclusivo”, que define como “crescimento económico que cria oportunidades para todos os segmentos da população e distribui os dividendos do aumento da prosperidade, tanto em termos monetários como não-monetários, de forma justa para toda a sociedade”.

Além disso, o FMI identificou especificamente o declínio da organização sindical como uma das principais razões para o crescimento da desigualdade (globalmente, apenas oito homens possuem a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população).

O aumento da desigualdade e da estagnação salarial são consequências directas das políticas económicas da U.E. e ainda estamos longe de corrigir esse desequilíbrio.

Nas últimas três décadas e meia, a desigualdade aumentou de forma substancial e a partilha de rendimento nacional direccionada para os salários diminuiu dras-

ticamente. Este nem sempre foi o caso: de 1960 a 1990, os salários aumentaram ligeiramente acima da produtividade, o que significa que a vida dos trabalhadores melhorou.

Mas desde 1990, os salários começaram a atrasar-se, criando um fosso crescente entre produtividade e remuneração. Essa lacuna é parte da razão pela qual, apesar de a economia mostrar recuperação, os trabalhadores e as suas comunidades não estarem a colher benefícios.

O efeito dominó significa que, uma vez que os aumentos dos lucros das empresas não estão a ser direccionados para o salário dos trabalhadores, estes também não estão a chegar à economia real a nível local. Este é um dos principais impulsores do aumento do populismo.

Este problema é ainda mais notório à medida que as empresas reorientam os lucros – que deveriam entrar no salário dos trabalhadores – para a especulação financeira: a chamada “financiarização” da economia.

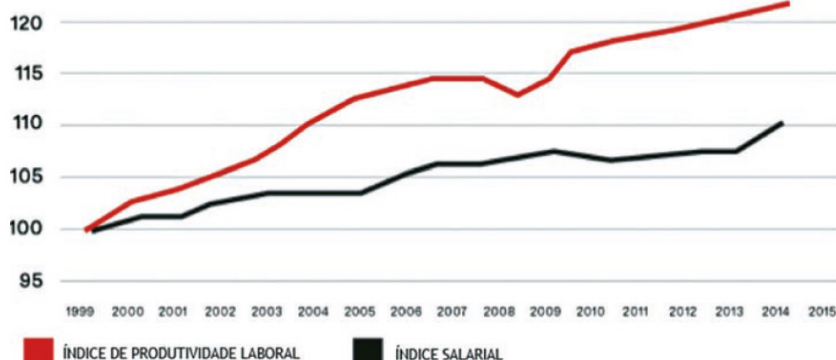
A desregulamentação dos mercados financeiros e laborais levou a um aumento da taxa de “financiarização” e do aprofundamento das desigualdades. “Financiarização” significa que os lucros vão para os bolsos dos accionistas em vez de irem para o investimento das empresas.

Os dividendos na Europa desde 2009 aumentaram a um ritmo mais rápido do que os novos investimentos privados. Os sindicatos querem controlos mais apertados que vigiem a expansão galopante dos serviços financeiros e canalizem o dinheiro para os salários e para o investimento em empregos reais.



## TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DE SALÁRIOS MÉDIOS REAIS E PRODUTIVIDADE LABORAL EM ECONOMIAS DESENVOLVIDAS (1999-2015)

Fonte: Base de Dados de Salários Globais da OIT; Tendências de Emprego Global da OIT



## ACORDOS COLECTIVOS

Também queremos uma mudança significativa nas políticas das U.E. que melhor apoiem os sindicatos, para que possam negociar uma parceria justa para os trabalhadores através da negociação colectiva. Existem alguns passos imediatos que a U.E. pode tomar para alcançar isso.

Queremos a garantia de uma cláusula social de negociação colectiva mas regras europeias no que diz respeito à matéria de contratos públicos, garantindo o respeito pelo direito do trabalho e pelos acordos colectivos, que não devem ser tidos como obstáculos ao mercado.

Os contratos de recrutamento afectam os meios de subsistência de milhares de trabalhadores na Europa. As entidades que contratam devem integrar critérios de qualidade, sociais e ambientais nos seus processos de recrutamento, e são responsáveis pelo desempenho dos subcontratantes que se encontram mais abaixo na cadeia de comando.

Gostaríamos de ver a presença de acordos de negociação colectiva como critério chave na contratação. Oferecer contratos baixos faz diminuir, só por si, os salários mais baixos e acelera-os até ao fundo.

Mais importante, a U.E. e os Estados-membros devem investir no diálogo social e na capacidade dos

sindicatos. Isso implica acções para estabelecer ou fortalecer os sistemas de negociação colectiva, particularmente a nível nacional e sectorial.

Mais trabalhadores necessitam de estar cobertos por acordos colectivos, incluindo trabalhadores em empregos não padronizados, como trabalhadores de plataformas ou agências.

A CES convidou os Estados-membros da U.E. a estabelecer planos de acção nacionais para a integração do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, incluindo o compromisso de melhorar os salários e a negociação colectiva. Isso significa reunir-se com sindicatos e empregadores no início de 2018 e estabelecer metas possíveis para aumentar a cobertura dos contratos colectivos.

## BONS EXEMPLOS SINDICAIS

Em Itália, desde 2016, as três confederações sindicais – CGIL, CISL e UIL – concluíram 62 acordos no sector nacional, oferecendo a 55% dos trabalhadores italianos aumentos até 5,4% e assinaram mais de 21 mil acordos de nível secundário.

Os trabalhadores dos transportes de Budapeste, na Hungria, obtiveram um aumento de 15% através da negociação, enquanto os sindicatos da saúde na Estónia obtiveram aumentos de 8% para os médicos e 13% para os enfermeiros, a partir de 2018. Na Eslováquia, os sindicalizados geralmente ganham cerca de 20% a

mais do que os outros trabalhadores.

A acção colectiva e a solidariedade são o único caminho para que os trabalhadores ganhem salários e condições de trabalho mais justos. Quando os pilotos da Ryanair ameaçaram a indústria para melhorarem as condições de remuneração e empregos decentes, a empresa finalmente reverteu décadas de destruição da negociação sindical e concordou com as negociações sobre o reconhecimento de sindicatos.

Os exemplos são numerosos e demonstram que, onde os trabalhadores são sindicalizados, podem trabalhar com os empregadores e os governos para combater a desigualdade.

Em Gotemburgo, em novembro, quando os líderes da U.E. proclamaram o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, pediu que a Europa fosse “um lugar de classe mundial para viver e trabalhar”.

Isso deve ser para muitos, e não para poucos, e a negociação colectiva tem um papel fundamental a desempenhar.

O desafio passa por reequilibrar a distribuição dos lucros de maneira a proporcionar mais ganhos para os trabalhadores.

Já é tempo de as instituições da U.E. começarem a promover a negociação colectiva como alavanca fundamental para o crescimento económico •

Leia o artigo original em <https://bit.ly/2y1A81b>



CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS (CES)

## UM PLANO DE ACÇÃO DA CES PARA MAIS E MELHORES EMPREGOS

texto Vanda Fonseca foto UGT



**A** Europa ainda precisa de mais empregos, mas também precisa de melhores empregos. A CES tem vindo consistentemente a destacar a injustiça do mau emprego e do trabalho inseguro.

O Congresso de Paris de 2015 comprometeu a CES a desenvolver uma "definição de 'trabalho de qualidade' "com os indivíduos no centro, a ser elaborada a nível europeu, abrangendo indicadores acordados de qualidade de trabalho " (Plano de Ação do Congresso de Paris, parágrafo 61). Esta Resolução representa o cumprimento desse compromisso.

A seguinte resolução baseia-se nos trabalhos anteriores da CES, incluindo o documento de posição de 2015, "Rumo a uma estratégia

europeia para o emprego de qualidade".

O Executivo da CES é convidado a adotar a definição de trabalho de seis pontos que foi desenvolvida pelo comité do Mercado de Trabalho e Emprego da CES (EMT – Emprego e Mercado de Trabalho) e a comentar o plano de ação concebido para levar adiante a definição.

A definição engloba os seguintes pontos, com um plano de ação para os desenvolver enquanto indicadores e benchmarks nos próximos dois anos:

- Bons salários;
- Segurança no trabalho através do emprego padrão e acesso à proteção social;
- Oportunidades de aprendizagem ao longo da vida;
- Boas condições de trabalho em locais de trabalho seguros e

saudáveis;

- Horário de trabalho razoável com bom equilíbrio trabalho – vida pessoal;
- Representação sindical e direitos de negociação.

O objetivo global é aumentar o perfil da qualidade de trabalho a nível Europeu e torná-la uma característica chave na orientação e avaliação de políticas de emprego nos Estados Membros •

*Nota: Este artigo é baseado na posição da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), tendo a UGT feito a sua tradução para português*

Leia a posição da CES  
(Tradução em Português) em  
<https://bit.ly/2LETT0e>





AUDIÇÃO COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

# UGT QUER ALTERAÇÕES À LEI DE TRANSMISSÃO DE EMPRESA E ESTABELECIMENTO

texto Tiago Kalidás foto D.R



**A** UGT foi ouvida no passado dia 14 de Dezembro, no Grupo de Trabalho da Comissão de Trabalho e Segurança Social na Assembleia da República sobre os Projetos de Lei sobre a alteração do regime jurídico da transmissão de empresa ou estabelecimento.

Durante a audição, onde a UGT esteve representada pelo Secretário-Geral Adjunto, Sérgio Monte, pelo Secretário-Geral do SINDETELCO, José Arsénio, e pela jurista, Soraia Duarte, a central sindical defendeu o reforço de direitos dos trabalhadores em caso de transmissão, à existência de um direito de oposição que não se traduzisse apenas na mera possibilidade de resolver o contrato de trabalho ou à necessidade de salvaguarda dos direitos estabelecidos por via da negociação colectiva.

Perante os deputados a UGT assumiu que gostaria de ver esta

matéria ser objecto de uma discussão em sede de concertação social e que as alterações à lei deveriam passar pela existência de regimes mais exigentes para as empresas que estejam em relação de domínio ou de grupo; o reforço do quadro de sanções acessórias; o reforço da protecção dos trabalhadores contra despedimentos após a oposição à transmissão; a possibilidade de regulação das condições e efeitos da transmissão por via da negociação colectiva ou o alargamento do período mínimo de 12 meses em que a negociação colectiva se aplica após a transmissão.

Para a UGT a discussão e esta alteração ao Código do Trabalho é de saudar uma vez que poderá contribuir para uma clarificação do quadro legal e, mais importante, para o reforço da protecção dos trabalhadores e para colocar entraves à realização, por parte das empresas, de processos que têm como objectivo principal o aumento de lucros à custa da re-

dução do factor trabalho ou mesmo, em última instância, realizar despedimentos encapotados.

Também presente na ocasião, o secretário-geral do Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media afeto (SINDETELCO), José Arsénio, notou que os trabalhadores da Altice/PT estão a ser transferidos "para empresas com os mesmos proprietários, mas como capitais sociais muito baixos, de cerca de 50 mil euros".

O objetivo é, a seu ver, "baixar os custos e tirar direitos aos trabalhadores". "Se o projeto de lei não trancar estas situações, isto poderá ter impacto negativo noutras empresas", venceu, considerando que isso "seria muito mau para o mundo do trabalho".

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

## UGT À CONVERSA SOBRE... CIGARROS CLÁSSICOS, ELECTRÓNICOS E AQUECIDOS

texto Maria Vieira foto D.R



**O** Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da UGT organizou no passado dia 30 de janeiro, mais um encontro informal entre dirigentes sindicais e trabalhadores onde apresentou o tema das novas formas de consumo de tabaco e os respetivos riscos.

Para debater este tema “Cigarros clássicos, eletrónicos ou aquecidos: Novas formas, menos riscos?” foi convidada a pneumologista, Ana Figueiredo, que na sua breve apresentação abordou a história do tabaco até aos nossos dias, incluindo a aplicação de novas tecnologias; os efeitos do consumo de tabaco tradicional, deixando alguns alertas sobre as novas formas de consumo e destacando o facto de que nenhum método ser realmente seguro. A especialista confirmou que não existem até ao momento quaisquer estudos sobre os efeitos dos novos cigarros para os fumadores e para o meio ambiente.

Numa sessão bastante participada, a plateia partilhou experiências sobre as dificuldades em deixar do vício do consumo do tabaco, bem como os métodos de ajuda existentes para deixar de fumar.

### Campanha para a Eleição de RT em SST

O Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, coordenado pela Secretária Executiva, Vanda Cruz, tem desenvolvido várias iniciativas em todo o País para a divulgação da Campanha para a Eleição de Representantes dos Trabalhadores nesta área.

Um dos encontros teve lugar em Setúbal, no passado dia 19 de Janeiro, e contou com a presença da Secretária Executiva da UGT, que junto dos elementos do Conselho Geral daquela união explicou os objectivos e a importância desta medida na melhoria das condições de segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Recorde-se que esta campanha que tem como objectivo

desencadear processos eleitorais nesta área, arrancou no passado dia 19 de Outubro, e tem contado com a participação de todas as uniões distritais.

A eleição dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RT SST) constitui uma prioridade da UGT, na medida em que estes agentes da prevenção constituem um elemento chave para a promoção de melhores condições de Segurança e Saúde nos locais de trabalho.

A participação dos trabalhadores e trabalhadoras no domínio da Segurança e da Saúde não constitui apenas um Direito, é um pressuposto fundamental para garantir a eficácia da gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho por parte dos empregadores.

Esta atividade deve ser encarada pelos sindicatos como uma prioridade na ação, pois, assim, contribuiremos para tornar os locais de trabalho mais seguros e saudáveis •



# 1ª CONFERÊNCIA UGT/FNE: CONSTRUIR A DIVERSIDADE DERRUBANDO DESIGUALDADES

texto FNE foto FNE

**R**ealizou-se na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, no dia 20 de Janeiro, a primeira Conferência do Ciclo de Conferências 2018, que a FNE organiza em conjunto com a UGT, CEFOS-AP, ISCTE-IUL, CBS e a UFP, que se vai estender ao Funchal, Faro, Évora, Coimbra, Braga, Viseu, Bragança e Lisboa.

António Nunes e Miguel Angel Zabalza foram os conferencistas convidados para esta conferência que tratou do tema "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades."

Foi numa sala praticamente cheia que João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, deu as boas-vindas aos convidados da Conferência, justificando a realização deste Ciclo de Conferências para 2018 com a necessidade de debate sobre os desafios que se colocam aos sistemas educativos, de forma a contribuir para o Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - "Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" -, promovido pela ONU no seu roteiro do milénio.



A UGT uniu-se a esta iniciativa contando com ela também como parte do assinalar dos 40 anos da central sindical, pois ao longo deste tempo a União Geral de Trabalhadores sempre considerou a Educação e Formação como base fundamental para uma sociedade melhor.

Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa, tomou também a palavra na abertura e salientou como o processo educativo provem da epistemologia para a tecnologia. Para o Reitor, a Educação é domínio dos conceitos sendo que com o tempo a sociedade foi dando primazia à tecnologia, salientando ainda que enquanto procuramos a igualdade temos de lembrar que a tecnologia é um processo de desenvolvimento, reforçando que faltam conceitos e sobram ideias neste momento.

Em seguida, o Vereador da Educação da CM Porto, Fernando Paulo, congratulou a FNE e a UGT pela escolha da Cidade Invicta para o início deste Ciclo de Conferências, mostrando a importância que isso tem para a cidade. Sobre o tema, Fernando Paulo deixou o alerta para o futuro: é preciso saber criar inovação com formação. A Educação terá que ser uma prioridade, abrir a escola à comunidade e criar uma rede de saber, considerando que se exige de forma excessiva que a escola resolva todos os problemas sociais. Para o Vereador, a Educação não é a preparação para a vida: é a própria vida. E aí surge a necessidade de discutir os novos desafios e uma sociedade mais atual.

Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, tomou a palavra para dar o mote para todo o Ciclo de Conferências: contribuir para um Portugal melhor. Mostrar ao mundo que somos um país com condições únicas e idênticas aos melhores. E que a UGT trabalha para isso, para todos os trabalhadores portugueses, quer-



endo contribuir para um crescimento inclusivo, sustentável, dando o exemplo de como considera injusto que Portugal seja comparado com países de Leste, criando condições para um país cada vez mais competitivo.

A UGT defende que é necessário defender uma melhor Educação e entendê-la como uma via de desenvolvimento. Para Carlos Silva "É preciso entender o papel dos professores, não os tratar como mercadorias que se atira para 200 km de casa colocando em causa a sua sustentabilidade", além de melhorar o acesso ao ensino é também preciso lutar por um Portugal mais inclusivo, considerando a Central como um exemplo de igualdade pois têm e defendem trabalhadores de todas as áreas.

## "O tempo não pode ser usado em burocracias"

O primeiro painel de debate na conferência aconteceu com a moderação do Prof. António Nunes e a participação dos comentadores Rui Leandro Maia (Universidade Fernando Pessoa), Laura Rocha (SPZN/FNE),

Aceda à Fotogaleria em:  
<https://bit.ly/2LgMQr>



Paulo Silva (UGT/Porto) e Bernardino Pacheco (SPZN/FNE).

O Prof. António Nunes lançou a conversa trazendo ao debate "A escola de hoje, um espaço de sentidos, de reencontros e de incertezas", considerando que para ele os professores vivem uma vida de fragilidade. Para o Professor, a escola era antigamente uma sequência banal e agora é necessário perceber se pensamos a escola. A questão dos rankings com que as escolas são qualificadas é uma questão que para o professor apenas mostra o que é visível para nós, o exclusivo da verdade e que aquela é a realidade de uma escola.

O Prof. Rui Leandro Maia (UFP) concordou com António Nunes, considerando a burocracia como um dos maiores problemas dado aos professores: "É necessário permitir aos professores tempo para pensar, ler, falar com colegas para construir algo deixando uma crítica ao modelo que a escola atual impõe". Para o Professor da Universidade Fernando Pessoa, o modelo escolar está mal adaptado para a diversidade, considerando que o aluno 'aprende como tem de aprender'.

Pegando na questão dos rankings, também citada por António Nunes, Rui Maia considerou a situação como 'burguesa', mostrando que a performance dos alunos não pode ser medida desta forma, até porque a baixa escolaridade e o rendimento dos pais influencia o rendimento dos alunos na escola.

Já Laura Rocha (SPZN) afirmou que os professores sentem pressão pelo excesso de burocracia, pois quem regula está muito distante e não tem noção da realidade dos docentes. Que é necessário trabalhar mais em conjunto, permitir mais tempo aos professores para criar tarefas conjuntas e ultrapassar o desafio entre a escola cultura e a natural.

Paulo Silva (UGT-Porto) reafirmou "que não é fácil ultrapassarmos as desigualdades num sistema educativo com tantas diversidades como o nosso". Também o representante da UGT na mesa mostrou convicção de que a burocracia não permite combater desigualdades, entrando numa falta

de autonomia. De qualquer forma "as janelas de oportunidades são muitas, e ainda esta semana se debateu nas escolas o perfil do aluno, com a ideia de trabalhar melhor as competências dos alunos, criando neles uma consciência nova do mundo".

Tal como os colegas de painel, Bernardino Pacheco (SPZN) considerou que a Educação e Formação assumem um papel preponderante num caminho que se pede igual para todos, embora considere "uma tarefa de grande complexidade e energia para todos os atores educativos", acrescentando ainda que "é necessário que a escola consiga encontrar motivações e estratégias para desenvolver as capacidades de cada aluno".

Em resposta aos colegas de painel, o Prof. António Nunes deixou algumas notas. A primeira é que a escola é neste momento um espaço segregador, divisionista e que deixa marcas para nunca se gostar de ler, discutir. A escola tem de ser "um espaço amoroso", mesmo que os alunos não aprendam. É necessário facilitar a inclusão e permitir aos professores que se demonstrem contra a entrega de prémios de mérito e que, desde o pré-escolar, se deixe de copiar o modelo americano no capítulo das festas de final de ciclo, que mostram ser tudo menos inclusivas.

O segundo painel da manhã foi constituído pelo outro conferencista convidado, o Prof. Miguel Angel Zabalza, que contou com as comentadoras Manuela Diogo (SPZN), Manuela Brito (UGT-Porto) e Susana Marinho (UFP).

Zabalza abriu a conversa com uma pergunta: Como definir a Educação? e prosseguiu procurando dar resposta a esta questão, começando por considerar que a missão que cada um tem como sujeito está a desaparecer. Para o espanhol, "cada pessoa tem a sua característica e devia ter um processo formativo mais adaptado".

Após a dissertação do académico espanhol, Susana Marinho (UFP) concordou, dizendo que a diversidade mudou e deixou de ser apenas para alunos com necessidades especiais. As soluções apontadas fazem pensar numa redefinição da escola em con-

fronto com o que existe, e para isso a partilha de ideias e experiências entre professores assume um carácter decisivo.

Manuela Diogo (SPZN) defendeu o desafio da escola inclusiva. Para a professora, o atual sistema é um retrocesso em programas standard, desvaloriza o trabalho invisível e carrega de burocracia os docentes, além de referir a escassez de meios, de recursos, algo que contribui para a falta de respostas. Para Manuela Diogo é necessário pensar as escolas e prover um clima de bem-estar.

A psicóloga Manuela Brito (UGT-Porto) reforçou dois aspetos já muito falados até então: a ausência de tempo para os professores se conhecerem melhor e a burocracia com que são sobrecarregados.

A sessão de encerramento ficou a cargo da nova Presidente da UGT-Porto, Clara Quental, e da Presidente da UGT, Lucinda Manuela Dâmaso.

Clara Quental referiu que "não basta colocar no papel as igualdades, é necessário torná-las efetivas. É preciso que todos tenham acesso ao ensino e educação. As condições que cada um tem para aceder ao ensino estão dificultadas, pois a diversidade nos alunos, que vai desde o tipo de alimentação, habitação a outras, não pode permitir comparações. Isto condiciona a liberdade de acesso".

A fechar, Lucinda Manuela Dâmaso congratulou a parceria entre UGT e a FNE, pois a UGT tem consciência do que a Educação representou nestes 40 anos, e nada melhor que esta associação para começar esta celebração de aniversário. Por fim, diz que o caminho pode ser longo, mas "vamos lutar para que os alunos possam dizer que é o seu espaço de alegria e aprendizagem" •

Veja o excerto da 1ª iniciativa do Ciclo de Conferências UGT/FNE em: <http://bit.ly/2CvImw8>





# SINDEL: Da mais mediática AutoEuropa a outras frentes de trabalho

texto SINDEL

O SINDEL – Sindicato Nacional da Indústria e da Energia está empenhado nas várias frentes de ação dos três setores de atividade que estatutariamente abrange: Energia, Indústria, Ambiente e Serviços.

Nesta última área, de salientar a assinatura do novo Contrato Coletivo no Setor da Segurança Privada, facto com um “sabor” especial por ter sido subscrito por todos os sindicatos. Assinado também pelas duas Associações patronais do setor e com o requerimento de Portaria de Extensão já entregue no Ministério, ficarão abrangidas todas as Empresas, filiadas ou não nas Associações Patronais.

**Na Energia** – a par da consolidação da posição na EDA – Electricidade dos Açores, onde o SINDEL chegou quase em meados do ano passado – mantêm-se infelizmente as dificuldades de negociação e com a EDP, que dá sinais claros de

afronta aos trabalhadores e aos seus representantes. O SINDEL insiste na sua postura dialogante, mas parece haver necessidade de associar outros esforços para “forçar” o regresso da anterior forma de estar, de empresa respeitadora dos que a sustentam com o seu trabalho.

**No Ambiente**, a defesa do direito à dignidade e ao trabalho moveram a totalidade dos trabalhadores afetos à recolha de resíduos sólidos na Terra Quente Transmontana a aderir à Greve convocada pelo SINDEL. Após a greve os trabalhadores continuam a defender os seus direitos, comparecendo diariamente no local de trabalho apesar de não receberem quaisquer instruções por parte das entidades patronais...

O SINDEL e trabalhadores lutam para que as empresas envolvidas – Resíduos de Nordeste, Ferrovia e FCC Environment Portugal, reconheçam os seus direitos e estão preparados para intentar todas

as ações legais e jurídicas, quer nos tribunais portugueses, quer nos tribunais europeus!

**Na Indústria**, o SINDEL tem estado envolvido em negociações, plenários e na defesa dos direitos dos trabalhadores em empresas como, por exemplo, a AMKOR, a COFICAB, a KWD, etc. A Autoeuropa tem sido alvo de atenção especial por parte do SINDEL, que detém o único Contrato Coletivo do setor automóvel em Portugal. É fundamental resolver a situação anómala vivida nesta empresa (recentemente discutida no programa da RTP1 Prós e Contras, em que tomou parte um dos seus Vice-Secretários-gerais, Alberto Vale). O SINDEL não poupará esforços para, usando como ferramentas a Verdade e o Diálogo, ajudar a ultrapassar esta difícil fase que nada convém aos trabalhadores à empresa e ao país. •

## Congresso do SINDCES elege novo Secretário-geral

texto Inês Possante

### Congresso do SINDCES elege novo Secretário-geral

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços (SINDCES), filiado na UGT, realizou um Congresso Extraordinário, no passado dia 22 de Dezembro, que elegeu como novo secretário-geral, Paulo Barqueiro.

O novo secretário-geral elegeu como preocupações para este mandato “a conjugação da vida pessoal com a profissional, intervindo junto das empresas para defender os direitos sociais adquiridos”. Os salários serão um assunto de relevo e também a “progressão adequada nas carreiras sociais”, o “aumento da militância e a participação dos associados as ações de formação”.

O encerramento deste Congresso contou com a presença do Secretário-geral da UGT, Carlos Silva,

que se deslocou ao distrito para “estimular os agentes sindicais para o seu trabalho numa região que foi muito afectada pelas questões do desemprego, no combate às desigualdades e na promoção da inclusão, estimulando todos os que são delegados e sócios para que, pela via sindical, possam melhorar as suas condições de vida e, sobretudo, de trabalho” •

### UGT e SINDETELCO ao lado dos trabalhadores da PT

Vários dirigentes da UGT estiveram presentes, no dia 23 de Janeiro, na vigília dos trabalhadores da Altice/PT num momento que serviu para assinalar e não deixar esquecer a luta que os trabalhadores da Altice/PT encetaram contra o malabarismo da transferência de trabalhadores dentro do mesmo

grupo, que punha em causa os direitos adquiridos e a dignificação das relações laborais.

A UGT e o SINDETELCO aproveitaram ainda para saudar o acordo obtido entre os partidos que sustentam em sede parlamentar o Governo, para alterar a legislação laboral assegurando o direito de oposição do trabalhador, esperando que o mesmo ainda possa ser melhorado em sede de negociação na especialidade •

Acceda à Fotogaleria em:  
<https://bit.ly/2JFtbnJ>



# UGT NO TERRENO

A AJUDA NÃO PODE ESPERAR!



UNIÕES DA UGT AO LADO DAS POPULAÇÕES

## Uniões apostam na renovação

textos Uniões

fotos Uniões



### Parlamento do Jovens "Igualdade de Género"

No passado dia 17 de janeiro, a UGT- Évora recebeu a visita da Presidente da Comissão das Mulheres da UGT, Lina Lopes, que respondeu ao repto lançado pela união distrital de fazer uma palestra para os alunos dos Cursos de Aprendizagem do IEFP, entre o 10º e o 12º ano, sobre o tema, deste ano, do Parlamento dos Jovens "Igualdade de Género".

A intervenção, cujo objetivo principal era preparar os alunos para a sua participação no Parlamento dos Jovens, teve como tema "Educar pela Igualdade e Estereótipos de Género". A sessão decorreu num clima de grande entusiasmo e contou com a presença, entre outros, do Diretor (interino) do IEFP, Rui Estriga, do responsável pelo recrutamento, seleção e acompanhamento dos jovens dos Cursos de Aprendizagem, José Lopes, e da Secretária Executiva da UGT Évora, Adelaide Almeida.

O Parlamento dos Jovens é uma iniciativa institucional da Assembleia da República (AR), organizada em colaboração com o Ministério da Educação, o Instituto Português da Juventude e outras entidades, com o objetivo de promover a educação para a cidadania e o interesse dos

jovens pela participação cívica e pelo debate de temas da atualidade.

Trata-se de um projeto que é desenvolvido ao longo do ano letivo com as Escolas de todo o país que desejarem participar, culminando com duas Sessões Nacionais que se realizam anualmente na Assembleia da República •

### III Congresso da UGT-Porto: Clara Quental eleita presidente

A UGT-Porto realizou no dia 13 de Janeiro, o seu III Congresso e elegeu Clara Quental, dirigente do Sindicato dos Bancários do Norte como a nova Presidente da União distrital.

A nova presidente no seu discurso de tomada de posse, referiu os números do desemprego no País e pediu a todos os dirigentes sindicais mais "trabalho e união", para "colocar a UGT-Porto no mapa sindical de Portugal."

No encerramento também tomou a palavra o Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, que num discurso forte reafirmou que a central sindical "não fará fretes em relação à legislação laboral", criticando a forma como as negociações relativas ao salário mínimo decorreram na concertação social.

E descreveu: "Antes de ir ao Parlamento sempre foi decisão desde 1986 discutir as matérias em sede de parceiros entre empregadores, sindicatos e Governo. Mas nos últimos anos tem-se assistido a uma força

centrífuga que empurra para o parlamento competências da Concertação Social e pela primeira vez os patrões cederam à chantagem política que existe no país". No final acrescentou "nós [UGT] não vamos fazer fretes em relação a legislação laboral. Os patrões não têm legitimidade para vir bater à porta da UGT pedir batatinhas (...). Estamos cansados de ser acusados de ser muletas".

Para Carlos Silva, a UGT é a maior central sindical portuguesa porque, disse, "só pode ser uma verdadeira central sindical ao serviço do país quem, defendendo trabalhadores, não ignora que existem empresas e não ignora que existem outros organismos da atividade política, económica e social".

Durante o seu discurso, Carlos Silva comentou ainda a actual situação vivida na Autoeuropa e fez algumas críticas à CGTP. Para o Secretário-geral, o que está a acontecer na empresa é um "caminho perigoso" e lembrou o que aconteceu no passado na Opel da Azambuja.

Carlos Silva afirmou que "se a Comissão de Trabalhadores decide aceitar pré-acordos, tem de assumir a responsabilidade de os assinar" e "não pode fazer um referendo ou um plenário de cada vez que há uma alteração", apontando que "num universo de cerca 5.000 trabalhadores participam no plenário 400 ou 500" •

Conheça as Uniões da UGT em: <https://bit.ly/214Ez1W>







## AGENDA Fevereiro

2	Abertura do XI Congresso do SMMP
2	Reunião com o Presidente do Governo Regional da Madeira
3	Ciclo de Conferências UGT/FNE (2ª Conferência) - Funchal
4	IV Edição da Academia do Poder Local ASD - Guarda
7	Reunião da Comissão Permanente de Concertação Social
10	Conferência sobre o Futuro da ADSE - Porto
18	Encerramento do Congresso do PSD
21	Secretariado Nacional - Oliveira do Hospital
24	III Congresso da UGT - Vila Real




## INICIATIVA SOLIDÁRIA CONFAGRI - UGT

VALORIZAR O INTERIOR - PROMOVER O INVESTIMENTO E O EMPREGO

10 de Março de 2018 | Auditório Municipal de Castanheira de Pêra



INSTITUTO DO EMPREGO  
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SOLIDARIEDADE  
EMPREGO DIGNO  
CONCERTAÇÃO SOCIAL  
FORTALECER O INTERIOR  
SALÁRIO MÍNIMO  
AUMENTOS SALARIAIS  
MAIS E MELHOR EUROPA  
PENSIÕES DIGNAS  
MAIS JUSTIÇA  
MAIS DIÁLOGO SOCIAL

# M A I O

2018

## FESTA DOS TRABALHADORES

Figueiró dos Vinhos



**FEBASE**  
federação do setor financeiro



Unidos na defesa dos **trabalhadores** do setor financeiro